

Ritmo de abate de elefantes em Moçambique ameaça espécie, alertam autoridades

5 de Março, 2018

O ritmo de abate ilegal de elefantes em Moçambique está a ameaçar a reprodução da espécie, disse em entrevista à Lusa, Carlos Lopes, diretor de Proteção e Fiscalização da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC).

“Continuamos a perder elefantes a um ritmo que, se não for radicalmente alterado, vai conduzir à extinção ou, pelo menos, à inviabilidade das populações desta espécie”, referiu Carlos Lopes. Apesar de ser um dos animais mais emblemáticos dos espaços naturais do país, o elefante está também entre os mais ameaçados.

Este ano será decisivo no diagnóstico da espécie em Moçambique, dado que a ANAC se prepara para realizar o terceiro censo de elefantes do país. Dados da ANAC indicam que, desde 2009, o país perdeu pelo menos dez mil elefantes e, só na Reserva do Niassa, a maior área protegida do país, o número total desta passou de 12.000 para 4.400 em três anos (entre 2011 e 2014).

Trata-se de uma redução de 60% como resultado da ação de caçadores furtivos. “Estamos perante uma ação concertada de crime organizado e, depois das crises anteriores de abate de elefante da década de 1980, voltamos a fazer o mesmo hoje”, acrescentou o diretor de Proteção e Fiscalização da ANAC. A estratégia para preservação tem residido numa aposta em parcerias internacionais, um modelo que, segundo o diretor-geral da ANAC, Bartolomeu Soto, começa a surtir efeito, tendo em conta que alguns dos aliados são também destino do marfim extraídos dos animais, nomeadamente China e Vietname.

“Nós estimávamos em 2009 que o país perdia anualmente cerca de mil elefantes” e em 2017 “morreram apenas 188”, disse Bartolomeu Soto, observando, no entanto, que, apesar da redução, a situação não deixa de ser preocupante. A falta de meios humanos e materiais para a fiscalização das extensas áreas de conservação do país é apontada como o principal obstáculo na preservação do elefante. “Nós temos hoje, em média, um fiscal para 315 quilómetros quadrados”, referiu Carlos Lopes.

Ou seja, procurando um termo de comparação em Portugal, é o mesmo que ter três vigilantes para uma área equivalente à do Parque Natural da Serra da Estrela. A medida ideal “devia ser de um fiscal para 50 quilómetros quadrados”, acrescentou, sendo que as áreas de conservação em Moçambique ocupam de 25% do território.

A ANAC está a preparar este ano a realização do terceiro censo de elefantes. Os últimos relatórios indicam que o país perdeu, entre 2011 e 2016, 48% da população de elefantes e corria o risco de ser banido do comércio

internacional de derivados da espécie, devido à falta de clareza na gestão dos animais. No ano passado, no total, as autoridades moçambicanas prenderam 2.400 pessoas suspeitas de envolvimento na caça ilegal de animais.